

FAMÍLIA E FEMINISMO: O ENCONTRO HOMEM/MULHER COMO PERSPECTIVA*

Maria Lygia Quartim de MORAES**

RESUMO: O feminismo vem questionando a ordem familiar tradicional e, especialmente, a sexualidade e os papéis femininos. O artigo discute a necessidade e os caminhos que possam levar ao encontro homem/mulher, em novas bases de relacionamento.

UNITERMOS: Família; relações de gênero; feminismo.

“Só o neurótico carrega consigo seu passado e decide que sua vida é como um romance que, uma vez escrito, não pode ser modificado.

Se tenho a tendência, hoje, agora que sou uma mulher madura, a romper com aqueles que me ferem, não será por que, em seguida à primeira ferida (a deserção de meu pai), desenvolvi uma faculdade de apreensão hipersensível que me leva a partir em primeiro lugar? Assim como o criminoso se lembra unicamente dos males que a sociedade lhe causou, jamais dos sinais de amizade que recebeu, também a criança que quer tudo e não obtém senão uma fração relativa sente um ressentimento excessivo. (...)

As crianças, como os criminosos, são ditadores absolutos, como todos sabemos.

Mas com a visão da psicanálise, um novo aspecto das relações foi descoberto, uma nova relação com os pais, nascida da compreensão de nosso próprio papel na

interpretação de suas ações. Renunciamos às exigências amorosas infantis, começamos a enxergar nossos pais como seres humanos falíveis. (...)

A idéia, a noção de que não se é amado é dolorosa, mas a compreensão de que fomos amados nos únicos termos possíveis para nossos pais, da única maneira que eles sabiam (...) é ainda mais dolorosa, porém cura. As rupturas, as separações, as perdas podem ser agravadas por exageros devido a um ideal que nos fixamos, crianças: uma exigência de um amor total, sem falhas, exclusivo, fanático, todo para si.

Podem existir exigências extremadas, podemos fazer escolhas inflexíveis, mas nunca culpar aqueles que não podem atendê-las! (...)

A vida não consiste em estar no centro, mas estar em contato com outros. Estar no centro da atenção é uma prerrogativa da criança.” (8)***

* Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho “Família e Sociedade” no Encontro da ANPOCS, 7.º, Águas de São Pedro, 1983.

** Departamento de Sociologia — Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação — UNESP — 14800 — Araraquara — SP.

*** Tradução da autora deste artigo.

1. ANTECEDENTES

Em sua introdução à bibliografia anotada sobre o tema “Mulher e Família”, abrangendo obras publicadas inclusive no ano de 1976, Lia Fukui comenta:

“Em suma, excetuando-se algumas colocações breves sobre o trabalho da mulher na família, tem-se a nítida impressão de que os autores, ao tratar do tema, não saem dos estereótipos e dos modelos presentes na ideologia dominante.” (4:150)

Não é por mera coincidência que, menos de sete anos passados desta data que marcou o início da Década da Mulher, a bibliografia sobre o tema tenha se avolumado, com contribuições originais e perspectivas novas. Uma série de pesquisas voltadas aos estudos de caso (e o importante papel desempenhado pelos Concursos de Pesquisa sobre a Mulher, da Fundação Ford/Fundação Carlos Chagas/, o aparecimento de publicações inteiramente dedicadas à questão, como o Caderno de Debates n.º 6, de 1980, da Editora Brasileira; o Caderno de Pesquisa n.º 37, de maio de 1981, da Fundação Carlos Chagas; minha própria tese de doutoramento — Família e feminismo: reflexões sobre papéis femininos na imprensa para mulheres. USP, 1981; o artigo de Eunice Durham — A família e a reprodução humana — Perspectivas antropológicas da mulher, n.º 3, 1983, entre outros, fazem parte do novo espaço teórico a partir do qual pensamos a profunda historicidade desta instituição, cuja forma mais propagada em nossa sociedade é a família nuclear, conjugal. Assim, como não estar de acordo com Fukui e Bruschini quando, apontam para a importância do fato das unidades familiares passarem “a ter relevância como objeto de estudo em toda sua especificidade e não mais como um recurso de explicação ou categoria adicional de análise” e de que “ao invés de uma abordagem ancorada no plano do “deve ser”, que tem orientado a teoria e a prática, na

direção da normatização e do estabelecimento de controles sociais, procura-se de fato aprender o real significado da diversidade e da especificidade das diferentes estruturas familiares num determinado contexto social.” (5:3-4)

Sabemos o importante passo que foi “individualizar” a família como objeto de estudo, ir criando um novo corpo teórico a partir de categorias extraídas da própria realidade. Cada vez mais pensamos na especificidade das famílias, na infinidade de arranjos que a satisfação das exigências vitais, relacionadas à produção da própria subsistência e a reprodução biológica, serve de base. Reconhecemos nesta discussão questionamentos literalmente brotados de nossas entranhas.

Acredito que não seja exagero afirmar que parte ponderável dos nossos estudos foram inspirados ou dialogam com os avanços e recuos do movimento de mulheres, especialmente de sua fração feminista. Se hoje estamos discutindo a questão em um encontro científico, entre especialistas das ciências sociais, ontem, muitas de nós, estávamos reunidas em grupos ou movimentos reivindicatórios, pedindo igualdade de direitos jurídicos, laborais e cívicos, além de encabeçarmos a luta pela anistia e contra o custo de vida. É por isto que o tema família, que significa experiências pessoais tão diversas, coloca a importância do rigor científico, da superação da estreiteza da visão fundada mais no terreno do “gostaria que fosse assim” do que no terreno do real.

E para quem achar excessivo o significado político que dou à discussão da família, das relações interpessoais, gostaria de informar que em nosso grupo de mulheres, constituído por brasileiras residentes na França, em 1973/4, o grande divisor de águas era o tema família como eixo fundamental de estudo para entendermos a questão feminina. As militantes

“políticas” tratavam com indisfarçada hostilidade as discussões que não comessem pelo reconhecimento de que a “libertação” da mulher começaria uma vez vitoriosa a revolução socialista. Os grupos de reflexão eram estigmatizados até terem se convertido no mais ativo instrumento de discussão política, no Exterior, naqueles anos que antecederam à anistia. Isto tudo pode parecer distante e caricatural, visto à distância, mas o machismo (que no caso consistia numa atitude doutrinária, dogmática e repetitiva diante da vida) de militantes da esquerda brasileira (de ambos os sexos) é grandemente responsável pela prática isolacionista de alguns grupos feministas. Cansadas de ouvirem sem ser escutadas houve como que uma desistência da discussão em conjunto com os homens. A prática de grupos exclusivamente de mulheres proliferou rapidamente, facilitada por outras circunstâncias que não cabe aqui discutir. O importante é registrar esta dificuldade de diálogos; as batalhas sucessivas para a conquista de um espaço nosso.

A discussão sobre os rumos da instituição familiar, presente explícita ou implicitamente nos textos sobre a família, como tudo aquilo que diz respeito ao cotidiano, corre o risco de não sair do senso comum. De generalizações pseudocientíficas a partir de uma experiência de vida não suficientemente elaborada para permitir a apreensão de estruturas menos visíveis. Localizando-se no espaço das práticas habituais — sob um mesmo teto — um determinado número de pessoas (ligadas por laços de parentesco) comem e dormem, ao mesmo tempo que sonham, sofrem, amam e odeiam. Unidade habitacional; espaço de reprodução de parte de nossa força de trabalho; espaço de reprodução biológica, ... a lista poderia se estender muito. Mas o que quero é chamar a atenção para a ambivalência do universo familiar, onde necessidades vitais, que dizem respeito a nossa vida material, são sa-

tisfeitas a partir de relações pessoais em que as emoções contam decisivamente. Não se trata de um adulto cuidando de uma criança: este adulto desempenha o papel de “pai” ou de “mãe”, pode acreditar que o filho é uma coisa sua e que aos pais cabe decidir sobre a vida dos filhos. As crianças, por sua vez, também são vorazes, querem o amor exclusivo, são regidas, como todos nós, pelo princípio do prazer, por Eros. Mas, terão de conhecer a perda, a renúncia, a postergação. Enfrentar Tanatos. Terão de abandonar os sonhos de onipotência e recolher a carência. Difícil portanto pensarmos em termos de teoria da instituição familiar sem o recurso aos conhecimentos de psicanálise. Que nos ensina que a repetição, a incapacidade de produzir discursos novos relaciona-se com nossa incapacidade de produzir novas representações, no medo do Outro que condena à repetição do já conhecido.

Daí também o caráter ambivalente do feminismo:

“A natureza da intervenção que ele propõe e realiza sobre os valores de determinada sociedade opera no sentido de garantir espaços sociais para a atuação das mulheres, sejam elas feministas ou não. Reside exatamente aí o efeito de mudança, pois que, ampliando-se a arena de participação real, os interesses femininos ganham espaços de representação. É sob sua inspiração que as mulheres se firmam como sujeito social.

Contudo, a mulher, como sujeito social que se afirma, não é uma realidade homogênea e monolítica, mas vive, existe na concretude das diferenças sociais e culturais que a constituem.” (2:43)

2. REALIDADES DE HOJE

Entre o modelo dominante de família — forma de organização da vida domésti-

ca a partir de pessoas aparentadas que apresenta a maior incidência quantitativa —, o modelo ideológico — a família pensada como papai/mamãe/filhos solteiros morando na mesma casa — e as inúmeras possibilidades de organização da vida material, da vida profissional e da vida afetiva existem todas aquelas diferenças que separam as construções teóricas do dinamismo e complexidade do real.

Houve o momento da ruptura: do encontro com a idealizada, sonhada e temida solidão. Rompemos, pouco a pouco, com nossas diferentes famílias: a de nossos pais, a de nossos grupos políticos e as nossas próprias, dizendo: somos capazes de criar um mundo melhor. Não nos sentimos solidárias com os papéis que nos foram socialmente atribuídos, não queremos ser identificadas, nem a nossos pais, nem a nossos filhos, nem a nosso marido. Tampouco a nossas mães. E fomos muitas as que saímos das casas de nossos pais para a casa de nossos maridos. A cerimônia religiosa era bem significativa: entrávamos na igreja pelas mãos de nossos pais e saíamos de braços com nossos maridos. Pouco ou nenhuma experiência de vida sexual adulta. Vagas e idealizadas noções de amor. Conhecemos rompimentos, novas tentativas de relações com as pessoas: construir um universo afetivo adulto, sem os fantasmas e as fantasias infantis, mas nem por isto menos mágico.

Não cabe dúvidas de que a realidade é bem mais dinâmica do que a capacidade da ciência em entendê-la. Já estamos vivendo situações e vislumbrando saídas que a universidade desconhece. Para as mulheres que vivem nas cidades do mundo ocidental cristão dois fatos são fundamentais, dentro do quadro dos condicionantes das mudanças na vida privada e familiar: o trabalho fora de casa e a descoberta e industrialização dos anticoncepcionais.

De fato, enquanto a pequena produ-

ção familiar, de marcante presença na agricultura brasileira, permite o desempenho num mesmo espaço físico de atividades relacionadas à produção de bens e serviços para consumo próprio (incluindo-se as tarefas mais propriamente de cunho doméstico) e para a venda, o trabalho em unidades produtivas externas à residência separa radicalmente jornada produtiva/profissional de jornada doméstica. Ao mesmo tempo, enquanto as trabalhadoras das classes dominadas conheceram desde sempre esta “dupla jornada”, as filhas das camadas médias urbanas puderam contar com empregadas, isto é, com uma carga mais reduzida de tarefas domésticas. Mas esta situação foi e é muito desigual: sabemos como é diminuta a porcentagem de unidades familiares que dispõem do auxílio permanente do trabalho doméstico remunerado, o que significa que para maior parte das trabalhadoras urbanas a dupla jornada é uma realidade visível.

A experiência da vida profissional implicou, então, tanto na possibilidade de desfazer os laços de dependência financeira com o “provedor” masculino — pai ou marido — abrindo a alternativa de maior igualitarismo na gestão da vida doméstica, quando introduziu uma tensão nova nas relações homem/mulher pois que o poder masculino localiza(va)-se no poder econômico. Em outras palavras, algo de muito substancial mudou, *do lado das mulheres*. Por outro lado, a realidade da dupla jornada, em uma situação de igualdade no tocante ao orçamento financeiro levou à reflexão sobre responsabilidades respectivas no cuidado da casa. Existem casos em que se optou, inclusive, pela dispensa de empregadas domésticas fixas, de forma a evitar as prováveis deformações que a relação patroa/empregada supõe, outros, como inúmeros jovens casais, dividem hoje as tarefas relacionadas ao cotidiano, lavando, passando, cuidando das plantas, cozinhando etc. sem distinção de

sexo. Mas na grande maioria dos casos, completamente despreparados para enfrentar a vida doméstica, os homens se colocam ainda na posição de crianças que esperam ser servidas. Ao mesmo tempo, a difusão dos serviços industrializados nos ramos do comer, vestir, limpeza etc. (e aí é chocante a diferença de vida das classes médias em S. Paulo e em Salvador) e a simplificação de hábitos e costumes possibilitaram a diminuição relativa das tarefas domésticas. Mas, de qualquer ângulo que se observe a questão, parece evidente que foram as mulheres que impulsionaram para a mudança, na vida privada, na vida política, questionando os papéis familiares e domésticos.

O acesso aos anticoncepcionais tem sido outro importante estímulo para a contestação dos papéis familiares. Se bem que na prática esse é um problema que está longe de ser resolvido pois a reprodução envolve componentes psicológicos conscientes e inconscientes de maneira que fica difícil estabelecer os motivos da decisão de engravidar (que pode ou não estar relacionada ao desejo de ter filhos). Ademais, apesar de ter aberto a possibilidade da separação entre sexualidade e reprodução biológica, o acesso aos anticoncepcionais — especialmente aqueles que alteram as funções hormonais — trouxe conseqüências ainda imprevisíveis para a saúde da mulher. Mas, fixemo-nos, por ora, nos seus aspectos positivos: as mulheres puderam conhecer a vida sexual adulta — explorar os territórios do desejo — sem que as duras responsabilidades de uma gravidez indesejada lhes ameaçassem. Esta é uma conquista importante. Nunca, como agora, homens e mulheres puderam se encontrar em condições tão simétricas: não preciso de um homem para pagar as contas nem ele precisa de mim para lavar suas roupas, temos nossas profissões e cada um sua vida profissional, amigos em comum e amigos próprios. É a possibilidade do encontro do homem e da mulher na base do reconhecimento que a impor-

tância do outro diz respeito ao espaço afetivo, a troca em termos do amor.

O que não podemos esquecer é que este encontro se faz num espaço socialmente determinado, povoado por fantasmas, pelos não-ditos, pelo reprimido. As mulheres conhecem a dualidade “sexo para fins reprodutivos” e “sexo pelo prazer” no próprio conteúdo de suas representações amorosas: o sexo puro (que a coloca no lugar da santa, da mãe) e o sexo sujo (relacionado ao fantasma da prostituição). Falo da dualidade mãe/prostituta que marca o espaço do imaginário feminino. A leitura da “História de O.”, de Pauline Réage ou as cenas do “Belle de Jour” de Buñuel ilustram o que quero dizer. A sexualidade feminina fragmenta-se em dois comportamentos extremos: o ser “mãe assexuada” e o ser uma “perdida”, na própria medida em que a moral vigente valoriza as capacidades reprodutivas femininas ao mesmo tempo em que estigmatiza as manifestações do desejo feminino como desviantes, jogando-as para o campo das perversões patológicas. Por outro lado, ao reduzir a sexualidade feminina aos objetivos da procriação, sem que homens estejam sujeitos à mesma lei, cria-se a dupla moral sexual que, para Freud, era a melhor prova prática da arbitrariedade das normas sociais. “A dupla moral sexual existente para o homem é a melhor confissão de que a própria sociedade que promulgou os preceitos restritivos não acredita na possibilidade de seu cumprimento.” (3:1926). Em outras palavras, a divisão das mulheres em duas categorias fundamentais: “as mães” — mulheres com às quais o ato sexual é “puro”, voltado para a procriação (ou tendo-a como referência importante) e as “prostitutas” — aquelas com as quais é permitido o sexo “sujo”. Não se trata, portanto, apenas da diferença entre mulheres que se submetem ao ato sexual por imposições legais (o casamento assegura ao marido o uso do corpo da mulher guardadas certas regras, evidentemente) ou, então, por imposições

monetárias. As conseqüências da existência das relações sexuais pagas, do exército violentador e deformador de submeter o corpo de uma mulher aos caprichos do pagante, são muito mais profundas e ir-rerversíveis do que a moral burguesa poderia supor. De fato, a dicotomia mãe/prostituta se estabelece na cabeça de cada mulher: o espaço de expressão de sua libido encontra-se delimitado pela deserotização do “ser mãe” (em termos da moral vigente) e pela violência do “ser prostituta”. Mais ainda, para fugir ao estigma — que só ameaça as mulheres, cujos órgãos sexuais passam a ser sacralizados pois nenhum homem se sente diminuído por colocar seu corpo em contato íntimo com uma mulher, enquanto o oposto não é verdadeiro — a mulher camufla o seu desejo na forma exclusiva do Amor romântico.” (7:48)

Assim, os anticoncepcionais puderam oferecer apenas as “condições materiais” para a liberação da sexualidade dos entraves representados pela reprodução biológica, pois, manietadas pela camisa de força da repressão sexual, as mulheres oscilam entre um comportamento de Cinderelas esperando pelo príncipe encantado e o de Messalinas, imaginando que o número de homens consumidos comprova seu poder de atração feminino. Não existe nada de errado com o príncipe, pois todos transfiguramos o objeto de amor quando estamos apaixonados, no entanto, a impossibilidade de tornar-se sujeito do próprio desejo o que levaria Cinderela a sair para a luta por seu príncipe, ao invés de esperar o duvidoso acaso — a mulher coloca-se no espaço daquela que deseja porque é desejada: ela cede, não se entrega. Desconhecendo o próprio corpo, do qual se distancia pela interferência de saberes específicos e competentes que lhe determinam o sentido das coisas, as mulheres foram perdendo a confiança na experiência, na intuição, assim como foi se apagando a memória histórica sobre si mesma, seus amores infantis, seus temo-

res, suas experiências primeiras. A Virgem da moral ocidental cristã é, antes de mais nada, um efebo, uma mulher sem feminilidade.

A fantasia do “eu não queria, fui obrigada” tem como outro lado da moeda a loucura da violência: existem aqueles que só se colocam na posição de homens, isto é, só conseguem relacionar-se com mulheres na base da violência. O horror da vítima faz parte do prazer do estupra-dor. E sabemos que a vida familiar está cheia de estupros, de pais, de tios, de outros adultos do sexo masculino. E é por que muitas mulheres conheceram esta violência de muito perto que hoje vivem em um mundo fechado aos homens. Não querem a reconciliação.

Por isto que o feminismo é uma luta pela ternura, pois quem ama não mata. Quer libertar as mulheres do monolitismo dos modelos. Sejam eles estéticos, teóricos ou de qualquer outra natureza. A liberdade é estar bem consigo e ter espaço para ser sem disfarces. Sem as máscaras que denunciam as histéricas incuráveis.

3. O ESPAÇO DO DESEJO

“O segundo caminho, aquele que Freud chama “a feminilidade normal”, implica que ela (a mulher) possa fazer deste brilho que o desejo faz iluminar no olhar do homem, a própria fonte de seu investimento narcísico pois, não esqueçamos, só se pode amar quando se ama a si próprio. Ela poderá aceitar que é como sujeito de carência (e não como objeto, posição inaceitável a não ser uma perversão do sentido e dos sentidos) que ela pode encontrar seu lugar de desejada. A feminilidade não seria mais o véu enganador ou a arma que ela brande, mas a oferta e o dom por excelência. Que ela possa amá-lo (apesar de que ele também possa ser carente) desde que ele a ame, em retorno, não obstante sua

carência: eis o que será para ela a reafirmação narcísica, o dom pedido ao parceiro.” (1:75)*

No plano do simbólico poder-se-ia dizer que o espaço do Desejo, sob o domínio da Lei masculina, é cenário do seguinte encontro: A (Ele) e a (Ela). Ele é o Sujeito Desejante. Completo, senhor do falo. Para ele qualquer a tem o mesmo interesse, todas elas são intercambiáveis pois são apenas meio de expressão de sua potência; elas, de quem a carência é tão conhecida (a inveja do pênis). Incompleta, invejosa da perfeição masculina ela é o objeto do desejo do Desejante. Nesta posição ela não pode reconhecer o próprio desejo, assumir-se em tanto que Sujeito Desejante, ao mesmo tempo que não consegue enxergar a carência do Outro. Ela também supõe que seja dele “o” lugar do Desejo e sonha com um lugar em que também é senhora; imagina poder ser o Objeto do Desejo por excelência. Aquela capaz de ocupar a posição da: Desejada por todos. O lugar que se imagina ser o do Prazer. Se não, outro lugar cobiçado é o de ser “a” desejada exclusivamente. Querer ser objeto exclusivo do Amor. Estar obcecada em ser “a” amada, sem sequer se colocar a questão se ama ou não, por sua vez.

Sob a Lei do Dom o encontro seria muito diferente. Ambos sujeitos do próprio desejo, conhecendo-se carentes e reconhecendo a carência do outro. A e B: diferentes mas não desiguais. Porque só assumindo a própria carência é que se conhece o espaço do Outro, dos Outros. Saímos de nós mesmos e nos abrimos para o outro. Transformando a própria carência em dádiva e recebendo o dom da carência alheia. Mas, acostumados com o cenário da desigualdade, da mistificação: como podem se encontrar, na base de relações de simetria, homens e mulheres ávidos por ostentar a própria onipotência,

tentando desesperadamente manter-se na posição infantil de centro do universo, de eternos receptores?

A questão que se coloca hoje, quase como um divisor de águas dentro do movimento das mulheres, é a do encontro (ou do divórcio definitivo) com o homem. Pois não é o “casamento” que está em crise, tão simplesmente e sim as relações entre os dois sexos, naquilo que elas têm de mais íntimo. Em outras palavras, se a mulher tem sido mistificada por um “modelo sexual” que a desconhece como sujeito de desejo próprio, não é tentando se colocar no lugar do homem — o dono do Desejo — que sua posição se torna mais verdadeira, mais propensa a realizá-la. Na verdade, ao ocupar o papel masculino, neste cenário da Lei do Falo, ela terá sido duplamente mistificada pois será levada a crer que não é mais carente. Como se existisse um espaço em que não há nada mais a desejar, fora do descanso da morte.

As mulheres que confundem liberdade com a situação de desgastar-se em relações superficiais e infundáveis são tão pouco gratificadas na sua vida afetiva quanto as esposas desertorizadas que se submetem, friamente, ao ato sexual com o marido. Ambas desacreditaram, há muito, do amor. E, quando muitos homens sentem-se mais à vontade com as mulheres por poderem exibir a própria carência, isto é, quando se está ampliando o espaço e os cenários dos encontros entre dois sexos, permanecer no papel de fêmea agressiva, a caçadora de homens é tão violento (do ponto de vista do homem que é assediado por uma voracidade que não se sabe escutar um *não*) quanto o machismo masculino. São pessoas acostumadas a instrumentalizar as outras, incapazes de amar.

Estas considerações, que estão longe de esgotar a complexidade do encontro mulher/homem no plano da vida sexual e

*Tradução da autora deste artigo.

afetiva, ajudam a esclarecer o peso relativo que dou à questão dos anticoncepcionais, possibilitando a completa dissociação entre ato sexual e ato reprodutivo. Na verdade, trata-se mais de chamar a atenção para a raiz mais profunda das relações, fazendo um esforço para evitar que, em nome da “libertação” da mulher sejam instaurados novos modelos, tão indesejáveis quanto possam ser os modelos de conduta afetiva. O seu amor, ame-o e deixe-o livre para amar, já cantava Gil há muito.

As possibilidades de encontro são dificultadas pelos fantasmas do passado. São pessoas tentando viver de maneira nova dentro de estruturas e instituições velhas. Além disso, dentro de cada um de nós, cresce o conflito entre nossos modelos e nossa realidade; o desejo de ser aprovada por todos e a dificuldade de se curvar às exigências protocolares; entre aquilo que nos ensinaram a crer e o depoimento eloquente de nossa própria experiência. E isto, como vimos, é particularmente complicado no campo do desejo, das relações afetivas. Associamos as figuras e o espaço masculino às pessoas de nossos pais, irmãos, enfim dos adultos e crianças do sexo masculino com que nos relacionamos na infância.

Para muitas parece não ter existido nenhuma figura masculina muito significativa no aprendizado do amor: os homens ocupam o lugar da violência ou, então, da irresponsabilidade. São os pais bêbados espancando mulheres e filhos na calada da noite. São os eternos filhos da mamãe, não querendo deixar de ser o bebê faminto, sempre no seio materno. Carrascos, algozes, infantis, dependentes... Para atender a suas demandas regressivas a mulher só pode ocupar o lugar perverso da escrava masoquista ou o da super-mãe. A idéia de homem se confunde com as características dos homens conhecidos e odiados. Também aqui se estabelece a impossibilidade de abrir espaço para o Ou-

tro: é o juízo expresso na forma de “os homens são todos iguais”. Vive-se em um universo povoado de representações negativas, dominado pelo ressentimento, pela eterna mágoa, onde não há encontro possível. Nem consigo mesmo.

4. A MATERNIDADE E A PATERNIDADE COMO CATEGORIA AFETIVA

Quando os filhos começam a chegar algo de fundamental muda na vida de um homem e uma mulher que, unidos pelos laços do amor, coabitam e compartilham de um mesmo cotidiano doméstico. Em todas as sociedades o cuidado das crianças compete naturalmente aos adultos: e a forma pela qual esta relação se estabelece varia de sociedade para sociedade. Historiadores como Ariès e Shorter têm insistido na atenção especial às crianças como um dos traços específicos da família moderna, assim como na configuração triangular mãe/pai/filho (o famoso triângulo edípico) reside a estruturação psíquica própria a lei do incesto em nossa sociedade. Poster, conceitua família como “uma estrutura emocional, com relativa autonomia, a qual constitui hierarquias de idade e sexo em formas psicológicas. A família é concebida como um sistema de objetos de amor. Os padrões de criação dos filhos são teorizados como processo de interação, concentrando-se nos primeiros três estágios de desenvolvimento (oral, anal e genital). Nessas interações um padrão de autoridade e amor é instituído pelos adultos, formando a base para as estratégias de criação dos filhos. Finalmente, pode ser discernido um padrão de identificação que consolida os vínculos entre os adultos e as crianças. Quando estas categorias são estudadas em detalhe, torna-se inteligível uma estrutura concreta de família” (9:173)

Se a socialização fundamental se processa nos primeiros anos de vida e se, juridicamente, são os pais biológicos os res-

ponsáveis, perante o corpo social, por seus filhos, então, a importância de uma política da família (que em Cuba tem sido uma preocupação marcante, como aconteceu com seu progressista Código) concerne a todos os membros da sociedade. É importante que os pais possam criar relações de amor, de responsabilidade mútua, ao mesmo tempo em que educam seu filho para a vida social, para o contato com os Outros.

Ora, no quadro de nossa tradicional divisão social do trabalho, a criação dos filhos é tarefa “naturalmente” feminina. A mãe biológica transforma-se na mãe social o que, no modelo familiar vigente, “implica numa carga moral, da qual é mais difícil se escapar. É a mulher, como mãe que vai criar as meninas para serem mães e os meninos para trabalharem fora. É ela que vai se dedicar de corpo e alma para que seus filhos cresçam bem, todos tenham saúde e reine a harmonia em sua casa” (10:37). E a contrapartida de tanto devotamento é que “a maternidade acaba se transformando num substitutivo do trabalho e a criança é encarada pela mãe como o seu objeto de criação. A mãe anula, assim, a si própria, pois renuncia à sua autonomia para se realizar no outro — seu filho — e necessariamente vai ter com a criança uma relação de posse, onde ela deva estar sob seu total controle, extensão de seu eu. É claro que numa relação desse tipo a manifestação de autonomia da criança é uma ameaça para a própria existência da mãe”. (10:38)

A mãe toda poderosa, devoradora dos filhos, pode se esconder atrás da aparência de um desinteressado devotamento amoroso. Pais omissos e ausentes terminam por fazer da maternidade uma experiência de intimidade afetiva com os filhos (com seus exageros e perversões) sem equivalente. Uma só figura adulta passa a simbolizar todos os conteúdos que, teoricamente, corresponderiam à soma das funções maternas e paternas. O adulto e a

criança passam a estabelecer uma relação de “dois sobreviventes”, que é a leitura que faço da temática do *Kramer versus Kramer*. Debatendo a crise da família, T. Hantzchel comenta, a propósito do citado filme, que “a mulher sai à procura de coisas significativas, só que o homem entra na exclusão da mulher; acho que o objetivo último é o homem e a mulher incluídos na relação. Não o homem entrando porque a mulher está saindo e então, de repente, ele descobre a sua possibilidade”. (6:70)

Muitos homens abandonam completamente seus filhos quando se separam de suas mulheres. Muitas mulheres, por sua vez, engravidam sem maiores preocupações com a adesão masculina, transformando a criança numa posse exclusiva, impedindo na prática que seu filho tenha um pai que o ame, que o deseje. Acho que dá para entender as circunstâncias históricas que levaram a Pasionara a propor “mulheres, tenham seus filhos sem o estorvo de vossos maridos”. Mas chegou o momento de pensar melhor essa questão do “meu” filho. Porque, em primeiro lugar, é “nosso” filho. Que só deveria existir quando corporificasse um desejo comum, uma mulher e um homem assumindo a responsabilidade afetiva por este nascimento.

A nova realidade, que a crise econômica apressa a criar, é que as mulheres não vão mais voltar, em caráter definitivo (pois a gravidez implica sempre numa queda de atividades profissionais), para o recolhimento do lar. A tendência crescente é a da socialização se processar também com o recurso de creches, escolas nos dois termos e/ou pelo apoio de amigos próximos e/ou pessoas da família. Já falamos que a saída da mulher para o trabalho extra-lar permitiu ao homem encarar como responsabilidade conjunta a criação dos filhos. O amor paterno, o reencontro com a intimidade infantil, os sabores e dissabores do cotidiano compartilhados

são temas da atualidade, tratados nas tele-novelas da Globo.

Na vida real, as novas gerações estão crescendo em situações familiares muito diferentes do clássico padrão conjugal: estão aprendendo a dissociar a idéia de pai da idéia de marido da mãe, assim como a idéia de mãe da idéia da mulher do pai. A coabitação com os novos maridos ou companheiros da mãe, a própria vivência da vida sexual da mãe podem significar experiências enriquecedoras, pela ampliação do espaço afetivo sem perda da pre-

sença materna ou paterna. A criança reconhece a autonomia do espaço afetivo dos adultos que é uma maneira de poder fixar seus próprios limites, por sua vez. Para que a separação dos pais possa se tornar uma situação de mais ganhos do que perdas é importante que as crianças possam saber: que têm um pai e uma mãe, não obstante as dificuldades de relação atual que estes dois possam sentir reciprocamente. Quando o filho é fruto de uma opção afetiva está criado um laço de amor que se renova pela vida.

MORAES, M. L. Q. de — Family and feminism: a new perspective for the man/woman situation. *Perspectivas*, São Paulo, 8: 143-152, 1985.

ABSTRACT: The feminism has been questioning the traditional family organization and mainly sexuality and the feminine roles. This paper points out some new points of view about the man/woman relation trying to present the necessity of finding new ways of facing it.

KEY-WORDS: Family; gender relations; feminism.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AULAGNIER, P. - Remarques sur la feminité et ses avatars. In: . *Le desir et la perversion*. Paris, Ed. du Seuil, 1967.
2. FRANCHETTO, B. et alii — Antropologia e feminismo. In: *Perspectivas antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981. v.1.
3. FREUD, S. — La moral sexual, cultura y la nervosidad moderna. In: *Obras completas*. Madrid, Biblioteca Nueva, 1973. v.3.
4. FUKUI, L. — Mulher e família. In: — *Bibliografia anotada sobre a mulher*. São Paulo, Brasiliense, 1979. p. 148-85.
5. FUKUI, L. & BRUSCHINI, M.C.A. - Família em questão. *Cadernos de Pesquisa*, (37): 3-4, 1981.
6. HANTZCHEL, T. & NÓBREGA, J. - Em crise a família?: temas em debates. *Cadernos de Pesquisa*, (37): 65-70, 1981. (Entrevista concedida as psicólogas Lia Fukui e M. Cristina Bruschini).
7. MORAES, M.L.Q. de — Família e feminismo. *Cadernos de Pesquisa*, (37): 44—51, 1981.
8. MIN, A. — *Journal: 1955/56*. Paris, Stock, 1977.
9. POSTER — *Teoria crítica da família*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
10. SARTI, C. & MORAES, M. de Q. — Aí a porca torce o rabo. In: BRUSCHINI, M.C.A., org. — *Vivência: história, sexualidade e imagens femininas*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas/ Brasiliense, 1980. p. 19-57.